

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.480.570 - SP
(2019/0094255-4)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : JOSE JORGE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RAMIRO TEIXEIRA DIAS - SP286315
AGRAVADO : MUNICIPIO DE SANTO ANDRE
PROCURADORE : MARIA LUIZA LEAL CUNHA BACARINI E OUTRO(S) -
S SP123872
CRISTIANE DALLABONA - SP215407
AGRAVADO : TELLES & TELLES DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE FORENSE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto fora do prazo recursal de quinze dias, nos termos dos arts. 994, VIII, c/c. 1.003, § 5º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do CPC/2015.
2. Às decisões publicadas na vigência do CPC/2015, descabe a aplicação da regra do art. 932, parágrafo único, para permitir a correção de vício, com a comprovação posterior da tempestividade do recurso. Entendimento ratificado pela Corte Especial no julgamento do AgInt no AREsp 957.821/MS.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator